



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A  
G A B I N E T E   D A   V E R E A D O R A   G R A Ç A   F O N S E C A

**PROPOSTA N.º 608 /2014**

**Emissão de parecer prévio para abertura de procedimento e celebração de contrato para o fornecimento do serviço de refeições escolares na modalidade de confeção no local e autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromisso para o ano 2015, nos termos da proposta.**

**Pelouro: Educação**

**Serviços: Departamento de Educação**

Considerando que:

É competência da Câmara Municipal de Lisboa em matéria de ação social escolar, no domínio da gestão dos refeitórios escolares, designadamente, o fornecimento de refeições aos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico em cada ano letivo, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, e da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Para assegurar o fornecimento de refeições escolares, nos anos letivos 2013/2014 e 2014/2015, na modalidade de confeção no local, foi lançado o Concurso Público com publicidade internacional n.º 15/CPI/CCM/DP/2013 para a aquisição de serviços de fornecimento de refeições às escolas básicas do 1º ciclo e aos jardins de infância da rede pública da cidade de Lisboa;

Na presente data o referido procedimento concursal está em fase de assinatura de contrato e encontra-se suspenso até que seja decidida a providência cautelar interposta pelo concorrente Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A. em dezembro de 2013;

O contrato a celebrar no âmbito deste procedimento terá de obter o visto prévio do Tribunal de Contas, sem o qual não será possível dar início à sua execução;

Existe uma grande probabilidade de o referido procedimento não estar concluído e devidamente visado pelo citado Tribunal de Contas em tempo útil, por forma a assegurar o fornecimento de refeições às crianças das escolas e jardins de infância de Lisboa a partir de 2 de janeiro de 2015;

A prestação do serviço de refeições na modalidade de confeção no local só está assegurada até 31 de dezembro 2014, através de contrato celebrado com a Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A. (Fornecimento n.º 14/AQ/DE/DIR/14);



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A  
G A B I N E T E D A V E R E A D O R A G R A Ç A F O N S E C A

A Câmara Municipal de Lisboa não pode deixar de garantir a continuidade na prestação do serviço público de refeições às crianças das escolas e jardins de infância de Lisboa, no início do próximo período letivo;

Nessa medida, para garantir o fornecimento de refeições na modalidade de confeção no local, às crianças das escolas básicas do 1º ciclo e jardins de infância da rede pública da cidade de Lisboa, no período compreendido entre 2 de janeiro a 6 de abril de 2015, é necessário proceder à aquisição da prestação dos serviços em causa.

Atenta a urgência na contratação do serviço de refeições em causa, bem como a impossibilidade de recurso a outro tipo de procedimento face ao valor a contratar à data em que deve ser iniciado o fornecimento do serviço de refeições (02/01/2015) e o interesse que pode resultar na continuidade da prestação do serviço pela empresa Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A. (que, como se referiu supra, se encontra neste momento e até 31 de dezembro de 2014, a prestar o serviço em causa no âmbito do Fornecimento n.º 14/AQ/DE/DIR/14), a solução preconizada para que o Município de Lisboa possa garantir a continuidade do fornecimento de refeições às crianças das escolas básicas do 1º ciclo e jardins de infância da rede pública da cidade de Lisboa, e também a que melhor acautela o interesse público, é a contratação da prestação dos serviços em causa através do recurso ao procedimento por ajuste direto, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, nos termos e com os fundamentos dele constantes;

O valor estimado para a prestação de serviços de fornecimento de refeições na modalidade de confeção no local para o período mencionado é de 677.940,82 € (com IVA incluído);

A despesa a assumir com a contratação do serviço de refeições em causa constitui um encargo para o ano económico de 2015 de 551.171,40 €, a que acresce IVA no valor de 126.769,42 €, o que perfaz o total de 677.940,82 €.

Nos termos dos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, carece de parecer prévio vinculativo do órgão executivo do Município, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, revogada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, independentemente da natureza da contraparte;

A presente situação não se encontra abrangida pelo parecer prévio genérico aprovado através da Deliberação n.º 14/CM/2014, de 15 de janeiro;

Se encontram preenchidos os requisitos exigidos nas disposições conjugadas dos n.ºs 5 e 11 do citado artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, não sendo aplicável a redução remuneratória nos termos do disposto na 2ª parte da alínea a) do n.º 7 do mesmo



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A  
G A B I N E T E   D A   V E R E A D O R A   G R A Ç A   F O N S E C A

artigo 73º, uma vez que a prestação de serviços assume um carácter acessório da disponibilização dos bens, ou seja, das refeições;

**Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:**

- a) Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, a assunção do encargo no valor de 677.940,82 €, para o ano 2015, referente ao ajuste direto a celebrar para aquisição do serviço de refeições na modalidade de confeção no local, para as crianças do 1.º ciclo do ensino básico e jardins de infância da cidade de Lisboa;
- b) Sob condição da aprovação da Assembleia Municipal nos previstos em a) *supra*, emitir nos termos dos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, parecer prévio favorável à abertura de um procedimento e celebração do contrato, para aquisição do serviço de refeições na modalidade de confeção no local, para as crianças do 1.º ciclo do ensino básico e jardins de infância da rede pública da cidade de Lisboa, no período compreendido entre 2 de janeiro a 6 de abril de 2015, mediante ajuste direto com convite à Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A., nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º, da alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º e dos artigos 112.º e seguintes, todos do CCP, com os fundamentos constantes do parecer em anexo.

A despesa constitui um encargo para o ano económico de 2015 e deverá ser considerada na orgânica 18.01, rubrica económica 02.01.05 da Ação do Plano C2.P009.01.

Lisboa, 13 de outubro de 2014.

A Vereadora

Graça Fonseca

## PARECER

### CONSULTA

Solicita a Câmara Municipal de Lisboa parecer jurídico relativamente à questão de saber quais as alternativas, em termos de contratação pública, para a celebração de diversos contratos que têm por objecto serviços de *catering* e de fornecimento de refeições nas escolas básicas do 1º ciclo e jardins de infância da rede pública na cidade de Lisboa. A questão coloca-se num quadro factual específico, adiante detalhado, no qual está bastante próxima, Janeiro e Fevereiro de 2014, a data da cessação de vigência de quatro contratos com esse objecto, estando suspensos, por outro lado, e por força de processos cautelares, os concursos iniciados pela Câmara Municipal para celebrar os contratos que sucederiam àqueles. Por este motivo, o referido órgão municipal pretende saber se existem, e quais serão, as alternativas que permitam a contratação dos referidos serviços de forma a evitar qualquer hiato na disponibilidade de refeições no período entre o final dos contratos ainda vigentes e a decisão dos processos judiciais em curso. Sobre a questão colocada cumpre emitir parecer e com a urgência que também é requerida.

## ENUNCIADO

### 1. O contexto contratual da Consulta

**1.1.** À data do presente Parecer, a disponibilização de refeições nas escolas do 1º ciclo do ensino básico e jardins de infância da cidade de Lisboa é feita através de quatro contratos, autonomizados por tipo de confecção e outros critérios técnicos: (i) Contrato n.º 13030485 - 24/DE/2013 - refeições transportadas, *catering* a frio; (ii) Contrato n.º 13030478 - 23/DE/2013 - *catering* a quente descartável multidose/unidose; (iii) Contrato n.º 13030479 - 19/DE/2013 - *catering* a frio descartável multidose; e (iv) Contrato n.º 13030623 - 25/DE/2013 - fornecimento de refeições com confecção local.

**1.2.** O primeiro daqueles contratos tem o seu termo no dia 14 de Fevereiro de 2014, os indicados em (ii) e (iii) têm o seu termo no dia 31 de Janeiro de 2014 e o último termina no dia 28 de Fevereiro de 2014.

**1.3.** Todos os contratos referidos foram celebrados na sequência de procedimentos de ajuste directo, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos. Os procedimentos concursais em cujas peças ficou prevista a possibilidade de recurso ao ajuste directo com esse fundamento foram os Concursos Limitados por Prévia Qualificação n.º 01/CLPQ/DMSC/DA/10 [que deu origem aos Contratos com o n.º 11022134 (01/DEJ/2011), o n.º 11022135 (02/DEJ/2011) e o n.º 11022136 (04/DEJ/2011)] e n.º 02/CLPQ/DMSC/DA/10 [que deu origem ao Contrato n.º 11022390 (06/DEJ/2011)]. Foram os contratos assim celebrados, na sequência imediata daqueles concursos, que depois,

por sua vez, suportaram a contratação por ajuste directo que actualmente ainda está em vigor<sup>1</sup>.

**1.4.** Tendo em conta este enquadramento, a Câmara Municipal de Lisboa lançou, em Março de 2013, os Concursos Públicos com o n.º 14 CPI/CCM/DP/2013 (*catering*) e o n.º 15 CPI/CCM/DP/2013 (confeção local), visando a celebração de novos contratos para satisfazer a necessidade de prestação de fornecimento de refeições.

**1.5.** O Concurso Público n.º 14 CPI/CCM/DP/2013 visa a contratação de serviços de refeições confeccionadas a transportar (*catering*), correspondentes aos três lotes definidos para o objecto do concurso (cf. artigo 1º do Programa de Concurso), os quais coincidem com os três contratos de *catering* actualmente em vigor. A duração inicial dos referidos contratos seria entre 1 de Setembro de 2013 e 31 de Julho de 2015, renovável por um ou mais períodos (cf. artigo 4º do Caderno de Encargos). O procedimento seguiu os seus termos, tendo os actos de adjudicação sido notificados aos concorrentes por ofícios datados de 15 de Novembro de 2013. Esses actos foram objecto de processo cautelar dirigido à suspensão da sua eficácia, não tendo sido celebrados os contratos, nem proferida a resolução fundamentada a que se refere o artigo 128º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos. O universo de destinatários dos serviços a contratar na sequência deste procedimento concursal corresponde a 6.709 crianças.

<sup>1</sup> Em concreto: ao Contrato n.º 11022134 para *catering* a quente descartável multidosado/unidose, com início a 31 de Janeiro de 2011, sucedeu por ajuste directo o Contrato n.º 13030478, com termo a 31 de Janeiro de 2014; ao Contrato n.º 11022135, para *catering* a frio descartável multidosado, com início a 31 de Janeiro de 2011, sucedeu por ajuste directo o Contrato n.º 13030479, que também termina a 31 de Janeiro de 2014; ao Contrato n.º 11022136 para *catering* a frio, de 14 de Fevereiro de 2011, sucedeu por ajuste directo o Contrato n.º 13030485, que cessa vigência no próximo dia 14 de Fevereiro; e ao Contrato n.º 11022390 para fornecimento de refeições confeccionadas no local, com início a 28 de Fevereiro de 2011, sucedeu por ajuste directo o Contrato n.º 13030623, que cessa vigência no dia 28 de Fevereiro de 2014.

**1.6.** O Concurso Público n.º 15 CPI/CCM/ DP/2013 visa a celebração de um contrato de prestação de serviços de refeições confeccionadas no local (cf. artigo 1.º do Programa de Concurso). A duração inicial dos referidos contratos seria entre 1 de Setembro de 2013 e 31 de Julho de 2015, renovável por um ou mais períodos (cf. artigo 4.º do Caderno de Encargos). O procedimento seguiu os seus termos, tendo o acto de adjudicação sido notificado aos concorrentes por ofícios datados de 29 de Novembro de 2013. Esse acto foi objecto de processo cautelar dirigido à suspensão da sua eficácia, não tendo sido celebrado o contrato, nem proferida a resolução fundamentada a que se refere o artigo 128.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos. O universo de destinatários dos serviços a contratar na sequência deste procedimento concursal corresponde a 5.294 crianças.

**1.7.** Para fazer face a esta situação, a Câmara Municipal de Lisboa pondera levar a cabo a celebração de quatro contratos, em continuidade de objecto com os contratos agora em vigor e com os mesmos agentes económicos que actualmente prestam os referidos serviços. Os novos contratos produziram efeitos desde o final dos actualmente vigentes, até ao final do ano lectivo em curso, 31 de Julho de 2014, considerado como um período de tempo adequado do ponto de vista funcional, porque garante a ausência de perturbações a meio do ano lectivo, e suficiente, numa estimativa razoável, para que entretanto ocorra a decisão dos processos judiciais em curso.

## **2. As alternativas de contratação presentes**

**2.1.** As circunstâncias anteriormente descritas mostram que a Câmara Municipal de Lisboa, no que concerne à necessidade que os concursos impugnados visavam satisfazer, se encontra numa situação extremamente delicada: por um lado, as prestações decorrentes da execução dos contratos actualmente vigentes estão a dias de terminar; por outro, estão ju-

ridicamente paralisados os concursos conducentes à celebração de novos contratos com o mesmo objecto, o que implica, claro, uma iminente ruptura no fornecimento das refeições escolares em causa.

**2.2.** Tendo em conta que a cessação de vigência dos contratos em que se sustenta a prestação actual das refeições escolares ocorrerá no prazo de poucas semanas, parece claro que a solução de contratação capaz de satisfazer a necessidade presente da entidade adjudicante passa obrigatoriamente pela adopção de um ajuste directo. E, aqui, no contexto do direito português aplicável, duas soluções aparecem à primeira vista como concebíveis: (i) a adopção de um ajuste directo ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, e (ii) a adopção de um ajuste directo com base na alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do mesmo Código.

**2.3.** A primeira das duas alternativas de contratação apresentadas não é, no entanto, viável: embora estejam presentes, no actual contexto, a quase totalidade dos seus pressupostos, a não verificação de um deles é condição suficiente para a afastar<sup>2</sup>. E o pressuposto não verificado é, evidentemente, e à luz do que se disse antes, o de o contrato anterior ter sido celebrado há menos de três anos na sequência de concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação. Com efeito, os contratos vigentes, como se disse antes, resultam de procedimentos de ajuste directo celebrados ao abrigo da própria alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos com referência a contratos que foram celebrados a 31 de Janeiro, 14 de Fevereiro e 28 de Fevereiro de 2011<sup>3</sup>. Isto sig-

<sup>2</sup> O elenco dos pressupostos é o que consta da alínea a) e das respectivas subalíneas i), ii) e iii) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos: (i) que se trate da repetição de serviços similares objecto de contrato anteriormente celebrado pela mesma entidade adjudicante, (ii) que esses serviços estejam em conformidade com um projecto base comum, (iii) que o contrato anterior tenha sido celebrado há menos de três anos na sequência de concurso público ou de concurso limitado por prévia qualificação, (iv) que o anúncio do concurso do contrato anterior tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia, e (v) que a possibilidade de adopção futura do ajuste directo tenha sido prevista nas peças procedimentais do concurso anterior.

<sup>3</sup> As menções feitas são aos contratos descritos nos pontos 1.1. e 1.3. deste Parecer.



nifica, portanto, que no dia subsequente à cessação da vigência dos actuais contratos, ou seja, 1 de Janeiro, 15 de Fevereiro e 1 de Março de 2014, respectivamente, se ultrapassa o prazo de três anos que funciona como pressuposto da susceptibilidade de contratação por ajuste directo sob esta alternativa<sup>4</sup>.

**2.4.** A alternativa de contratação remanescente é, assim sendo, a segunda anteriormente referida, ou seja, a de celebração de um contrato por ajuste directo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos. Ao contrário da anterior, a alternativa de contratação agora referida é viável e, por conseguinte, consubstancia a que a Câmara Municipal de Lisboa pode adoptar com vista à satisfação da necessidade que gera a decisão de contratar. A adopção desta alternativa passa, no entanto, pela análise detalhada, no contexto contratual existente, da verificação dos cinco pressupostos dos quais depende: (i) a urgência imperiosa, (ii) a imprevisibilidade, (iii) a inimputabilidade à entidade adjudicante, (iv) a inutilizabilidade de outros procedimentos, e (v) a proporcionalidade na urgência presente.

### **3. Primeiro pressuposto: a urgência imperiosa**

**3.1.** O primeiro pressuposto da adopção de um procedimento de ajuste directo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos é a existência de uma razão de urgência imperiosa ou, como literalmente aí consta, por «motivos de urgência imperiosa». Nestes termos, e de acordo com o significado do texto, o pressuposto remete para uma avaliação que se deve realizar a dois tempos: (i) primeiro, apurar se há um «motivo de urgência» que justifique a adopção do ajuste di-

<sup>4</sup> Sendo a questão normativamente tão clara, nem se entende necessário discutir se o prazo de três anos se poderia contar desde a data da celebração ou de qualquer outra data alternativa, como o poderiam ser a data de início da execução ou a data de termo desta. Quanto a esta questão, de forma inequívoca, Miguel Raimundo, *A Formação dos Contratos Públicos*, 2013, Lisboa: AAFDL, pp. 933 e 934.

recto e, depois, (ii) definir se essa «urgência» é suficientemente premente para que possa ser qualificada como «imperiosa».

**3.2.** A existência de um «motivo de urgência» para a adopção de um ajuste directo significa, naturalmente, que o contexto da contratação implica que a necessidade contratual da entidade adjudicante tenha de ser satisfeita num curto período temporal. Como decorre da sua relação de significação corrente, a palavra «urgente» representa o acervo de situações da vida em que uma acção ou uma omissão não pode ser diferida, por estar iminente uma consequência negativa ou, genericamente, em razão de um determinado objectivo só ser atingível caso qualquer coisa se verifique com a devida brevidade<sup>5</sup>. Usando a fórmula «necessidade → satisfação», a existência de um «motivo de urgência» significa, assim sendo, que a necessidade tem um conjunto de propriedades que implicam que a sua satisfação só ocorre se a conduta adequada se verificar com um determinado grau de premência. A urgência contratual para o ajuste directo é, por conseguinte, algo que se detecta nas propriedades da necessidade que se reconhece à entidade adjudicante: há necessidades cuja satisfação é urgente e outras cuja satisfação o não é, estando na projecção temporal das propriedades daquelas a chave para a afirmação da urgência.

**3.3.** A urgência, por outro lado, e na medida em que representa uma progressão no tempo, é de natureza gradual: isto quer dizer que, havendo urgência, pode haver mais ou menos urgência. E é aqui, naturalmente, que entra o predicado «imperiosa». Tendo em conta a sua margem de variação, reconhecendo-se a oscilação entre o pouco urgente e o muito urgente, a «urgência imperiosa» consubstancia exactamente, e como parece claro, a expressão de um grau de urgência particularmente elevado: está aqui em causa, assim sendo, um conceito normativo cujo âmbito de

<sup>5</sup> TContas 4/2005 (Lídio de Magalhães), processo n.º 912/2004; TContas 14/2006, processo n.º 693/2005; TContas 35/2009 (João Figueiredo), processo n.º 308/2008; TContas 09/2012, 19 de Junho de 2012, 1ª Secção/Plenário, recurso ordinário n.º 04/2012, processo n.º 1704/2011.

denotação é a referência a uma necessidade cuja satisfação tem de ser praticamente imediata<sup>6</sup>. Uma «urgência imperiosa» é, nestes termos, uma situação de urgência em que a distância temporal entre a necessidade e a conduta que a satisfaz é mínima, não havendo satisfação, ou já não a podendo haver de forma adequada, se essa medida diminuta de tempo vier a ser ultrapassada<sup>7</sup>.

3.4. A anterior narrativa sobre o contexto contratual permite já afirmar, e à luz das considerações precedentes, que está aqui preenchido o pressuposto da «urgência imperiosa». Como referido, em causa está o fornecimento de refeições escolares a partir de 1 e 15 de Fevereiro e de 1 de Março de 2014, ou seja, dentro de três semanas a contar da data deste Parecer. Nestes termos, reconhece-se que a necessidade contratual que a entidade adjudicante tem depende na totalidade da celebração urgente de um contrato e, naturalmente, reconhece-se também que essa urgência é manifestamente premente, compreendendo um grau de brevidade subsumível à urgência qualificada exigida na alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos. Se analisada a questão ao contrário, a conclusão afirmada torna-se ainda mais visível: não há satisfação da necessidade da entidade adjudicante se efectivamente vier a haver ruptura no fornecimento das refeições escolares e se a retoma das mesmas apenas ocorrer um ou dois meses depois da data dessa ruptura. Nesse eventual cenário, o prejuízo decorrente da ausência da prestação dos serviços está consumado e o que se pudesse vir a obter de forma temporalmente desfasada não compensaria o período de ausência. Como é evidente, es-

<sup>6</sup> Isabel Celeste M. Fonseca, *Processo Temporalmente Justo e Urgência. Contributo para a Autonomização da Categoria da Tutela Jurisdicional de Urgência na Justiça Administrativa*, 2009, Coimbra: Coimbra Editora, p. 124; José Manuel Sérvulo Correia, *Revisitando o Estado de Necessidade*, in *Em Homenagem ao Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral*, 2010, Coimbra: Almedina, pp. 719-746 (735); Mário Esteves de Oliveira e Rodrigo Esteves de Oliveira, *Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública*, 2011, Coimbra: Almedina, p. 755 e 756; Jorge Andrade da Silva, *Código dos Contratos Públicos Anotado e Comentado*, 4ª edição, 2013, Coimbra: Almedina, 106; Miguel Raimundo, *A Formação dos Contratos Públicos*, 2013, Lisboa: AAFDL, 954.

<sup>7</sup> Um «motivo de urgência imperiosa» para a adopção do ajuste directo por esta via é, por conseguinte, uma razão de contexto contratual em que se verifique esta relação temporal na sequência «necessidade → satisfação».

tando em causa a alimentação escolar, a falta da mesma, por um período menor ou por um maior, tem sempre consequências vitais<sup>8</sup>, que se traduziriam em prejuízos de difícil reparação<sup>9</sup>. Assim, não se trata de um conjunto de contratos que, genericamente, devem ser celebrados com brevidade; trata-se, diferentemente, de contratos que têm de ser celebrados quase de imediato e sem o quais, nesse tempo, a necessidade da entidade adjudicante não é, pura e simplesmente, satisfeita.

#### 4. Segundo pressuposto: a imprevisibilidade

4.1. Não se pense, porém, que a existência de uma situação de urgência imperiosa é suficiente, por si só, para permitir a celebração de um contrato por ajuste directo nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 24º do Código dos Contratos Públicos. Tal como tem sido sublinhado por diversas vezes pela jurisprudência, mormente do Tribunal de Contas, os pressupostos de recurso à figura são cumulativos<sup>10</sup>. Em algumas ocasiões, a utilização deste mecanismo para celebrar um contrato de reconhecida urgência claudica por não verificação de algum dos restantes pressupostos. Da jurisprudência sobre a matéria resulta que isso sucede, de modo particular, com os pressupostos relativos à actuação que a entidade adjudicante teve antes e no momento do procedimento: os pressupostos da

<sup>8</sup> O fornecimento de refeições à população escolar prende-se de forma muito próxima com a tutela de diversos bens pessoais. Em geral, uma alimentação saudável é uma condição de um crescimento e de uma aprendizagem adequados. Além disso, o fornecimento de refeições escolares é uma forma de apoio social muito relevante para as populações carenciadas. Num tal contexto, encontra-se muito facilitado o reconhecimento de que a continuidade de prestação deste serviço público se reveste de urgência imperiosa (neste sentido, Miguel Raimundo, *A Formação dos Contratos Públicos*, 2013, Lisboa: AAFDL, pp. 952 e 953, e referências aí citadas). Ligando a «urgência imperiosa» ao relevo do interesse público presente, Mário Esteves de Oliveira e Rodrigo Esteves de Oliveira, *Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública*, 2011, Coimbra: Almedina, p. 755.

<sup>9</sup> A jurisprudência do Tribunal de Contas tem feito um paralelo interessante, que deve ser acolhido, entre o conceito de prejuízos de difícil reparação (que releva, como se sabe, em sede de processos cautelares: artigo 120º, n.º 1, alíneas b) e c), do Código de Processo nos Tribunais Administrativos) e os casos de urgência imperiosa (cf., neste sentido, TContas 35/2009 (João Figueiredo), processo n.º 308/2008; TContas 7/2007 (Pinto Almeida), processo n.º 2223/06).

<sup>10</sup> TContas 5/2005 (Pinto Almeida), processo n.º 2054/2004; TContas 35/2009 (João Figueiredo), processo n.º 308/2008; TContas 09/2012, 19 de Junho de 2012, 1ª Secção/Plenário, recurso ordinário n.º 04/2012, processo n.º 1704/2011.

«imprevisibilidade» da situação de urgência e da «inimputabilidade» da mesma à entidade adjudicante. Ocupar-nos-emos, por agora, do primeiro dos dois.

**4.2.** O pressuposto que aqui se enuncia, a imprevisibilidade, é o que impõe que o recurso ao ajuste directo, sob esta habilitação normativa, depende de um cenário contratual que não é expectável em condições de normalidade. Isto quer dizer, portanto, que só pode usar-se este fundamento de ajuste directo caso se trate de uma necessidade contratual que, mesmo podendo ser concebível, não fosse uma consequência futura e natural da actividade da entidade adjudicante. Embora possa estar em causa uma necessidade que possa sempre verificar-se no futuro, do que se trata é de uma necessidade que não se prevê como normal num determinado momento da actividade desenvolvida pela entidade adjudicante<sup>11</sup>. O pressuposto da imprevisibilidade, assim sendo, apenas impõe que o motivo que gera a urgência imperiosa, para além de não ser determinável no tempo, seja relativamente anormal na sua ocorrência futura para a entidade adjudicante.

**4.3.** Este pressuposto é densificado com recurso a uma capacidade de previsão e a uma disponibilidade de informação normais para um dirigente diligente, colocado na situação do dirigente real<sup>12</sup>. É previsível o facto ou conjunto de factos que, estando na origem da necessidade de recorrer ao contrato, podiam e deviam ter sido previstos por um dirigente com níveis normais de capacidade, de cuidado e de preparação técnica<sup>13</sup>. Embora próximo do pressuposto da inimputabilidade à entidade adjudicante, eles são autónomos entre si: a previsibilidade atende à capacidade

<sup>11</sup> Miguel Raimundo, *A Formação dos Contratos Públicos*, 2013, Lisboa: AAFDL, pp. 965 e 966.

<sup>12</sup> TContas 37/2006 (Helena Lopes), processo n.º 1125/05 e 1126/05, in *Revista do Tribunal de Contas*, 45, 2006, pp. 167 ss.; TContas 7/2008, processo n.º 1439/2007; TContas 09/2012, de 19 de Junho de 2012, 1ª Secção/Plenário, recurso ordinário n.º 04/2012, processo n.º 1704/2011. Cf., também, Mário Esteves de Oliveira e Rodrigo Esteves de Oliveira, *Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública*, 2011, Coimbra: Almedina, p. 756; Miguel Raimundo, *A Formação dos Contratos Públicos*, 2013, Lisboa: AAFDL, p. 964.

<sup>13</sup> Ver os acórdãos citados na nota anterior.

e ao dever de prever um certo facto ou conjunto de factos e as suas consequências, e a inimputabilidade atende ao tipo de conduta, por acção ou omissão, que pode e deve ser desenvolvida pela entidade adjudicante para evitar que se chegue à necessidade de contratar certas prestações com urgência.

**4.4.** Assim, considerada a imprevisibilidade enquanto pressuposto autónomo da inimputabilidade, pensamos que não é controvertido, no presente caso, o seu preenchimento. A pergunta que há-de fazer-se, a nosso ver, reveste-se de grande simplicidade: deve perguntar-se se era previsível, para um dirigente comum colocado na situação do dirigente real, que em Fevereiro de 2014 haveria uma situação de iminente ruptura do fornecimento de refeições, mesmo tendo sido lançados, logo em Março de 2013, dois concursos que iriam contratar as prestações necessárias para assegurar a continuidade desses serviços.

**4.5.** A resposta a essa pergunta, neste caso, é negativa: não era previsível que esta necessidade viesse a colocar-se. Com efeito, o conjunto de factos que estão na origem da actual iminência de ruptura do fornecimento de refeições prende-se com factos e condutas de terceiros que a entidade adjudicante nem controla nem pode prever. As vicissitudes da tramitação dos procedimentos concursais prendem-se na totalidade com as posições assumidas, nesses procedimentos, pelos próprios concorrentes e até por empresas terceiras que levaram a cabo actividades instrumentais do procedimento<sup>14</sup>.

**4.6.** Por outro lado, só por si, essas vicissitudes até poderiam não ter levado ao surgimento de processos cautelares e de contencioso pré-contratual. Todavia, os concorrentes que ficaram vencidos nesses concursos, seguindo critérios que são exclusivamente seus, procederam à impugnação das decisões finais dos procedimentos, algo que, pelo decur-

<sup>14</sup> Como é o caso da empresa gestora da plataforma de leilão electrónico.

so dos prazos de impugnação judicial e de citação pelo tribunal, a entidade adjudicante só veio a saber num quadro temporal que já não permite qualquer outra reacção em tempo útil. A situação de impossibilidade jurídica de celebração de contratos que daí advém, bem como a inevitável ruptura no fornecimento das refeições escolares que esse cenário implica, não eram, naturalmente, previsíveis. Obviamente, não pode ser exigido à entidade adjudicante que integre no universo de factores potencialmente retardadores da adjudicação a possibilidade, que existe sempre, e no contexto actual de crise, cada vez mais, de haver contencioso resultante do concurso: esse risco é demasiado imponderável, incalculável e independente da conduta da entidade adjudicante para que esta possa ser afectada pela concretização de tal risco. Se isso era, de facto, concebível, como o é sempre a litigiosidade jurisdicional pré-contratual, o certo é que não é esse o desenvolvimento normal e expectável, para a entidade adjudicante, após a abertura de dois concursos para celebrar os contratos que nos mesmos se prevêem. Evidentemente, a entidade adjudicante não sabe se haverá uma reacção jurisdicional contra os actos concursais que praticou e sabe menos ainda se essa reacção implica ou não a suspensão jurisdicional dos procedimentos em curso<sup>15</sup>. Por tudo isto e em suma: exigir maior capacidade de previsão do que a demonstrada pela Câmara Municipal de Lisboa significaria dizer que as entidades públicas teriam de lançar os concursos com uma antecendência irrealista e incompatível com os próprios períodos orçamentais<sup>16</sup>.

## 5. Terceiro pressuposto: a inimputabilidade à entidade adjudicante

<sup>15</sup> De onde resulta, e como parece certo, que ninguém reclamará que uma entidade adjudicante deve lançar concursos sucessivos para prevenir a litigiosidade jurisdicional que o primeiro concurso possa vir a ter antes da celebração do correlativo contrato.

<sup>16</sup> Do ponto de vista contabilístico e orçamental é irrealista ou, pelo menos, muito ineficiente exigir um planeamento da despesa corrente – como a despesa com prestação de serviços de alimentação – sem alguma proximidade face à sua execução.

**5.1.** Em estreita ligação com o anterior, exige este pressuposto que a entidade adjudicante não tenha dado causa, por acção ou omissão suas, ao surgimento da situação de urgência. Como é facilmente perceptível, trata-se de um pressuposto em que se circunscreve o acesso ao ajuste directo à verificação de factores estranhos ao sujeito jurídico que tem a responsabilidade da contratação. A razão de ser desta exigência é também ela clara: o ordenamento jurídico não permite que a entidade adjudicante se prevaleça de factos que ela própria criou para utilizar um procedimento pré-contratual que, em princípio, não deveria caber a contratos de tão elevado valor.

**5.2.** Para a verificação deste pressuposto, exige-se, pois, que a conduta efectiva da entidade adjudicante supere um teste: o de ter sido a conduta que um dirigente diligente poderia e deveria ter adoptado, perante as circunstâncias do caso, para evitar, se era possível fazê-lo, que se chegasse à necessidade urgente de celebrar o contrato por ajuste directo. Este teste não é superado sempre que a entidade adjudicante, sabendo que se aproxima o final do período de vigência de um certo contrato, de cujas prestações vai continuar a necessitar, omite o lançamento dos procedimentos pré-contratuais adequados, nomeadamente concursais, ou o faz muito tardiamente, demasiado próximo da data do termo de vigência daquele contrato<sup>17</sup>. É claro que podem ocorrer situações imprevistas: nestes casos, como resulta da jurisprudência do Tribunal de Contas, o que é relevante é saber se a entidade adjudicante reagiu rapidamente e de forma ágil, adoptando as condutas que eram possíveis, dentro das limitações que a situação concreta apresentava<sup>18</sup>.

**5.3.** A conduta dos órgãos da Câmara Municipal de Lisboa foi consonante com estes parâmetros. A Câmara lançou com uma antecedência mais do que suficiente – nas condições normais e previsíveis – dois procedimen-

<sup>17</sup> O Tribunal de Contas entendeu que tal sucedeu em TContas n.º 09/2012, 19 de Junho de 2012, 1ª Secção/Plenário, recurso ordinário n.º 04/2012, processo n.º 1704/2011.

<sup>18</sup> Sobre este aspecto, TContas 04/2012, 14 de Fevereiro de 2012, 1ª Secção/Subsecção.



tos concursais, com objecto adequado para substituir os contratos até aqui vigentes, sem qualquer interrupção do serviço. Por outro lado, quando foi agora confrontada com processos cautelares instrumentais da impugnação judicial de actos dos procedimentos, isso já aconteceu numa altura, Dezembro de 2013, em que não seria possível levar a cabo quaisquer procedimentos alternativos que evitassem a possibilidade de recurso à contratação por ajuste directo<sup>19</sup>. Parece-nos que aquilo que era exigível e possível neste quadro factual foi aquilo que foi feito pelos órgãos municipais.

**5.4.** Os factos que servem de base ao presente parecer impõem, todavia, que analisemos dois aspectos de modo particular, para que a conclusão apontada resulte totalmente justificada. Trata-se de dois aspectos em relação aos quais poderiam levantar-se dúvidas quanto à questão de saber se a entidade adjudicante usou de toda a diligência que podia e devia usar para evitar a sua colocação na presente situação de urgência. Em primeiro lugar, cabe explicar que a forma como tramitaram os dois procedimentos concursais até à adjudicação não apresentou vícios graves, imputáveis à entidade adjudicante, que possam ser considerados como as causas do atraso na adjudicação. Em segundo lugar, atenta a relativa proximidade dos pressupostos de recurso ao ajuste directo por urgência imperiosa e com os pressupostos que permitem a existência de resolução fundamentada – acto que permite a execução do acto suspendendo (artigo 128º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos) – cabe perguntar se a entidade adjudicante não podia e devia, no fim de contas, ter feito a resolução fundamentada nos processos cautelares em que foi demandada, com isso conseguindo a celebração do contrato e a sua execução, e evitando o recurso ao ajuste directo que agora pondera.

**5.5.** A análise dos processos administrativos relativos aos concursos públicos abertos para a contratação de refeições escolares revela que os

<sup>19</sup> Veja-se o que se diz no n.º 6 do presente Parecer acerca da duração média e da duração mínima legal dos procedimentos concursais.

mesmos decorreram de acordo com aquilo que é habitual e normal em procedimentos desta natureza. A dilação ocorrida entre Março, data da publicação dos anúncios dos concursos, e Novembro, data da comunicação da adjudicação aos concorrentes, prende-se com a circunstância de estarmos perante procedimentos dotados de diversas fases e formalidades. Acrescem a extensão das peças procedimentais, o número, a extensão e a complexidade das propostas apresentadas, bem patente nos relatórios preliminar e final dos concursos, as diversas vicissitudes procedimentais, bem como a complexidade das pronúncias apresentadas em audiência prévia, que careceram de uma aturada análise em sede de relatório final do concurso. Neste caso concreto, ainda deve ser acrescentada a realização do leilão electrónico, formalidade adicional que, como é óbvio, também consome tempo. Mesmo a repetição, no concurso n.º 14, e o adiamento, no concurso n.º 15, do leilão electrónico prendeu-se com a ocorrência de factos que não são imputáveis à entidade adjudicante.

5.6. Vejamos de mais perto a linha cronológica dos procedimentos, que confirma o que acaba de ser dito, começando pelo Concurso n.º 14/CPI/CCM/ DP/2013. A tramitação procedimental desse concurso pode ser sintetizada desta forma: a) o anúncio foi publicado em 21 de Março de 2013, estabelecendo um prazo de apresentação de propostas até 8 de Maio; b) no dia seguinte ao termo do prazo, o júri elencou e descriptou as propostas apresentadas; c) em 16 de Maio, tinha já efectuado a primeira apreciação e sumária e ordenação das propostas para efeitos de leilão electrónico, dirigindo os convites aos concorrentes para participarem no leilão electrónico; d) seguiu-se a realização do leilão electrónico, em 29 de Maio; porém, a entidade gestora da plataforma de leilão reportou que não tinha conseguido reproduzir na parametrização do leilão uma norma do Programa de Procedimento, o que resultou na impossibilidade de os licitantes acompanharem a evolução da sua classificação ao longo do leilão, após o que a entidade adjudicante notificou os concorrentes, em 30 de Maio, da sua intenção de repetir o leilão; e) um dos con-

correntes apresentou “impugnação administrativa” (reclamação) desse aviso, em 31 de Maio; f) após a audição dos contra-interessados, cujo prazo terminou em 12 de Junho, foi a reclamação indeferida em 17 de Junho, tendo sido marcado novo leilão para o dia 21 de Junho, o qual se realizou; g) na sequência do leilão foram os concorrentes notificados para apresentar nova proposta final, conforme previsto nas peças procedimentais, o que os concorrentes fizeram em 24 de Junho; h) na sequência dessas propostas, tornou-se necessário solicitar aos concorrentes notas justificativas dos preços por si apresentados, dando-se até 2 de Julho, prazo que foi cumprido; i) confrontadas as propostas e as referidas notas justificativas, o júri considerou que as mesmas levantavam diversas dúvidas de cumprimento das peças procedimentais e exigências legais, pelo que pediu esclarecimentos aos concorrentes, dando-lhes até 8 de Julho para o efeito, o que estes cumpriram; j) em 30 de Julho, por persistirem algumas dúvidas mesmo após os esclarecimentos, foram pedidos esclarecimentos adicionais, até 1 de Agosto, persistindo contudo insuficiências e dúvidas relativamente a um ponto da proposta de um dos concorrentes, o que levou a sucessivas insistências do júri, respondidas de modo incompleto pelo concorrente; k) em 23 de Agosto, foi elaborado o relatório preliminar, submetido a audiência prévia, cujo prazo terminou em 30 de Agosto; l) em 15 de Outubro, foi elaborado o relatório final e submetido à decisão superior; m) em 13 de Novembro, foi proferida a decisão de adjudicação.

**5.7.** Por sua vez, a tramitação do concurso n.º 15/ CPI/CCM/ DP/2013 pode ser sintetizado desta forma: a) o anúncio foi publicado em 19 de Março de 2013, estabelecendo um prazo de apresentação de propostas até 6 de Maio; b) no dia seguinte ao termo do prazo, o júri elencou e descriptou as propostas apresentadas; c) em 16 de Maio tinha já efectuado a primeira apreciação e sumária ordenação das propostas para efeitos de leilão electrónico, dirigindo os convites aos concorrentes para participarem no leilão electrónico; d) seguiu-se a apresentação de exposi-

ções e requerimentos pelos concorrentes, em 21 e 24 de Maio, uma no sentido da discordância pela inclusão de um concorrente nos convidados para o leilão, outra no sentido da ilegalidade da não inclusão de outro concorrente para o mesmo leilão; neste segundo caso, o concorrente que se considerava ilegalmente excluído conseguiu obter judicialmente uma decisão de decretamento provisório de providência cautelar que obrigou a incluí-lo no leilão, ficando prejudicada, por esse motivo, a realização do leilão no dia 28 de Maio, por necessidade de renovar a ordenação sumária das propostas e renovar os convites para o mesmo; e) estas actividades preparatórias do leilão ficaram concluídas em 7 de Julho, data na qual foram os concorrentes notificados da realização do leilão em 19 de Julho, o que aconteceu; f) na sequência do leilão foram os concorrentes notificados para apresentar nova proposta final, conforme previsto nas peças procedimentais, o que os concorrentes fizeram entre 21 e 24 de Junho; g) na sequência dessas propostas, tornou-se necessário solicitar aos concorrentes notas justificativas dos preços por si apresentados, dando-se até 2 de Julho, prazo que foi cumprido; h) confrontadas as propostas e as referidas notas justificativas, o júri considerou que as mesmas levantavam diversas dúvidas de cumprimento das peças procedimentais e exigências legais, pelo que pediu esclarecimentos aos concorrentes, dando-lhes até 8 de Julho para o efeito, o que estes cumpriram; i) em 15 de Julho, foi elaborado o relatório preliminar, submetido a audiência prévia, cujo prazo terminou em 23 de Julho; j) em 5 de Agosto, foi elaborado o relatório final e submetido à decisão superior; k) em 27 de Novembro, foi proferida a decisão de adjudicação.

**5.8.** Analisando estes factos, fica claro que a entidade adjudicante exerceu as suas competências com diligência e rapidez. A repetição do leilão no Concurso n.º 14 não é imputável à entidade adjudicante, pois na sua base esteve uma irregularidade não detectada em tempo na parametrização informática do leilão, da responsabilidade da entidade gestora da plataforma. A não realização do leilão na primeira data prevista, no Con-

curso n.º 15, também não pode ser considerada imputável à entidade adjudicante, pois a mesma adoptou um entendimento perfeitamente razoável da lei, que não prevê a realização de relatório preliminar antes do leilão electrónico, e depois de ter recebido a decisão de decretamento provisório da providência que obrigou à inclusão do concorrente no leilão, não podia eximir-se ao seu cumprimento. A necessidade de pedir notas justificativas de preço e esclarecimentos complementares, ocorrida em ambos os procedimentos, não é previsível e não é imputável ao júri, mas aos concorrentes. Apesar de tudo isto, a entidade adjudicante conseguiu praticar os respectivos actos de adjudicação ainda em Novembro, com mais do que antecedência suficiente para, em condições normais, os contratos já estarem a ser executados em Fevereiro e Março de 2014, quando terminassem os anteriores. Esta é a melhor demonstração de que a entidade adjudicante usou de diligência na condução de ambos os procedimentos, notoriamente complexos.

**5.9.** Quanto à questão da não emissão das resoluções fundamentadas no contexto dos processos cautelares, cabe dizer que também não resiste a uma análise atenta o argumento segundo o qual a entidade adjudicante dispunha, aí, de um mecanismo que lhe permitiria dar plena execução aos contratos resultantes daqueles concursos, evitando desse modo o recurso ao ajuste directo. Esta conclusão suporta-se essencialmente em duas ordens de razões.

**5.10.** Em primeiro lugar, a resolução fundamentada não permite a execução dos actos suspendendo até ao trânsito em julgado da decisão da acção de contencioso pré-contratual, mas apenas até à decisão do próprio processo cautelar, o que significa que a resolução fundamentada poderia perfeitamente não garantir o fornecimento de refeições.

**5.11.** Em segundo lugar, não nos parece que as consequências resultantes do recurso à resolução fundamentada e do recurso ao ajuste directo

sejam as mesmas, e só se pode comparar o que é comparável. Com efeito, repare-se que a prática da resolução fundamentada teria a consequência de «obrigar» a entidade adjudicante a celebrar os contratos que foram objecto dos concursos abertos. Isto significaria celebrar, agora, um contrato que vincularia a entidade adjudicante até 31 de Julho de 2015. Como tal, a entidade adjudicante assumiria uma vinculação temporalmente muito extensa, sujeita, no entanto, a ser posta em causa, a qualquer altura, pela decisão dos processos de contencioso pré-contratual. Com efeito, não pode ser ignorado que os contratos que a resolução fundamentada permitiria celebrar têm neste momento a sua legalidade fortemente questionada pelos concorrentes. É fácil ver que a assunção, num tal contexto, de uma vinculação contratual até 31 de Julho de 2015 implicaria a possibilidade de, caso as acções fossem julgadas procedentes e o adjudicatário mudasse, o contrato ser posto em causa, interrompendo-se abruptamente a prestação de serviços, criando-se custos para o co-contratante com essa interrupção, que teriam de ser indemnizados porque na sua origem teria estado uma conduta ilegal da entidade adjudicante; e porventura, o co-contratante poderia apresentar uma pretensão aos próprios lucros cessantes, respeitantes a um contrato que confiava que iria produzir efeitos até 31 de Julho de 2015. Por outro lado, e até independentemente destas consequências indemnizatórias: é plenamente compreensível, do ponto de vista da defesa da legalidade, que a entidade adjudicante não pretenda dar execução a actos administrativos de cuja correcção está convicta, mas que estão judicialmente questionados.

**5.12.** Perante um tal cenário, não há dúvidas de que o interesse público é mais bem servido se a entidade adjudicante celebrar, por ajuste directo, contratos declaradamente precários e limitados no tempo, apenas até ao final da discussão judicial sobre a legalidade das decisões de adjudicação. Atentas essas características, os adjudicatários destes contratos não poderão invocar qualquer dano de confiança se e quando o seu contrato cessar abruptamente pelo final dos processos judiciais em curso.

**5.13.** Desta forma, e em conclusão sobre este ponto: a alternativa de proferir as resoluções fundamentadas não tem os mesmos conteúdo e efeitos da alternativa de celebração dos contratos por ajuste directo. Dizer que era exigível que tais resoluções fundamentadas tivessem sido proferidas seria o mesmo que dizer que a entidade adjudicante tinha de expor-se a um conjunto de consequências negativas, que não ocorrem ou ocorrem em menor medida se optar pela celebração dos contratos por ajuste directo, como pretendido. Pensa-se que ninguém dirá que essa seja a solução ditada pelo ordenamento jurídico. No limite, a alternatividade entre resolução fundamentada e ajuste directo é uma falsa alternativa, porque as duas vias não têm as mesmas consequências e não é exigível que a entidade adjudicante siga aquela que, na sua análise razoável, implica maiores riscos de incorrer na prática de uma ilegalidade.

#### **6. Quarto pressuposto: a inutilizabilidade de outros procedimentos**

**6.1.** Para que seja possível recorrer ao procedimento de ajuste directo com fundamento em urgência imperiosa, é necessário que a entidade adjudicante não possa recorrer a outros procedimentos que acautelem exigências de publicidade e concorrência, designadamente procedimentos concursais<sup>20</sup>. Isto exige a demonstração de que a utilização dos outros procedimentos disponíveis frustraria a satisfação das necessidades que a entidade adjudicante tem a incumbência de prosseguir.

**6.2.** No presente caso, torna-se fácil demonstrar o preenchimento deste pressuposto. Os valores envolvidos em três dos quatro contratos de que a Câmara Municipal de Lisboa tem necessidade – mesmo considerando apenas o período considerado razoável para que os processos judiciais em curso sejam decididos, ou seja, até ao final do ano lectivo de

<sup>20</sup> Mário Esteves de Oliveira e Rodrigo Esteves de Oliveira, *Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública*, 2011, Coimbra: Almedina, p. 755; Miguel Raimundo, *A Formação dos Contratos Públicos*, 2013, Lisboa: AAFDL, pp. 768 e ss..

2013/2014 – determinam que o procedimento a utilizar para a adjudicação destes contratos teria de ser o concurso público ou o concurso limitado por prévia qualificação, em qualquer dos casos com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (cf. artigo 20º do Código dos Contratos Públicos)<sup>21</sup>. Está excluída, para esses contratos, pela mesma razão, e designadamente, a possibilidade de recurso ao concurso público urgente, atendendo ao valor máximo dos contratos que podem ser celebrados mediante esse procedimento (cf. artigo 155º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos).

**6.3.** O período normal de conclusão de procedimentos de concurso público ou limitado internacional, isto é, com anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, e como resulta da experiência empírica, não é inferior a três ou quatro meses, que ainda seria acrescido no caso de ser utilizado um concurso limitado, atendendo à fase de qualificação dos candidatos<sup>22</sup>. Em rigor, neste caso, nem sequer é necessário atender a esse período normal: a simples soma dos prazos mínimos previstos na tramitação de qualquer um dos tipos de procedimentos em causa permite concluir, sem margem para dúvidas, que a entidade adjudicante não conseguiria, em nenhum cenário, contratar os serviços de que necessita antes do final da vigência dos contratos actualmente vigentes.

**6.4.** Assim, o prazo mínimo de apresentação de propostas em concurso público com anúncio no Jornal Oficial da União Europeia é de 47 dias,

<sup>21</sup> Os valores (sem IVA) desses três contratos são os seguintes: 948.984,88€, para *catering* a quente descartável unidose, de 1 de Fevereiro a 31 de Julho de 2014; 470.390,22€, para *catering* a frio de 15 de Fevereiro de 2014 a 31 de Julho de 2014; e 803.770,24€, para a confecção local, de 1 de Março a 31 de Julho de 2014. O contrato relativo ao *catering* a frio descartável multidosse, de 1 de Fevereiro a 31 de Julho, ascende a 60.569,04€, valor que permite a utilização do ajuste directo em razão do valor (cf. artigo 20º, n.º 1, alínea a), do Código dos Contratos Públicos).

<sup>22</sup> No acórdão do TCAN 20-01-2005 (Ana Paula Portela), processo n.º 122/04, disse-se que um concurso aberto em Abril e adjudicado em Novembro contém-se no “prazo razoável e normal de duração de um concurso”. O Tribunal de Contas já disse expressamente que iniciar em Setembro um concurso para um contrato a iniciar em Dezembro do mesmo ano é insuficiente (cf. Acórdão n.º 4/2012, 14 de Fevereiro de 2012, 1ª Secção/Subsecção). Nessa afirmação está insita a ideia de que três meses, que é o que decorre de Setembro a Dezembro, é um período «inferior» à duração normal de um concurso.



corridos, redutível até um mínimo de 40 dias (cf. artigo 136º do Código dos Contratos Públicos); a isto devem somar-se, pelo menos, os prazos de audiência prévia (mínimo de 5 dias úteis, nos termos do artigo 123º, n.º 1, por remissão do artigo 147º do Código dos Contratos Públicos) e os prazos de *standstill* e de entrega dos documentos de habilitação e prestação de caução (10 dias úteis, nos termos do artigo 104º do Código dos Contratos Públicos). E note-se que estes prazos nem sequer contemplam o período de tempo necessário à avaliação das propostas, ou outros eventos que podem suspender o prazo de apresentação de propostas independentemente da vontade da entidade adjudicante<sup>23</sup>. No caso de se tratar de um concurso limitado por prévia qualificação, o prazo de apresentação de candidaturas é de 37 dias, corridos, redutível até um mínimo de 30 dias (cf. artigo 174º do Código dos Contratos Públicos), seguindo-se a audiência prévia da fase de qualificação (5 dias úteis, nos termos do artigo 185º do Código dos Contratos Públicos), o convite à apresentação de proposta num prazo mínimo de 35 dias corridos (cf. artigo 191º do Código dos Contratos Públicos), a audiência prévia da fase de apresentação de propostas (cf. artigo 123º, n.º 1, por remissão dos artigos 162º, n.º 1, e 147º do Código dos Contratos Públicos), e finalmente os prazos de *standstill* e de entrega dos documentos de habilitação e prestação de caução (10 dias úteis, nos termos do artigo 104º do Código dos Contratos Públicos). Em nenhum dos procedimentos se chega a um resultado inferior a dois meses, mesmo considerando apenas as actividades do procedimento que têm prazo legal mínimo, já que, como é evidente, há outras actividades – como a avaliação das candidaturas e das propostas – que carecem de tempo para serem realizadas<sup>24</sup>. Por fim, é ainda necessário contabilizar o tempo necessário para dar cumprimento a todas as normas relativas à deliberação dos órgãos municipais, e ao complexo conjunto de normas em matérias financeira e contabilística das quais hoje

<sup>23</sup> Como a apresentação de listas de erros e omissões, que suspendem esse prazo, mesmo que a final os erros e omissões não existam: artigo 61º do Código dos Contratos Públicos.

<sup>24</sup> O que a lei reconhece, ao fixar um prazo supletivo de 66 dias a contar do termo do prazo de apresentação de propostas, para que seja praticado o acto de adjudicação (artigos 76º e 65º do Código dos Contratos Públicos).

depende a realização de despesas públicas com contratos de prestação de serviços.

6.5. Diga-se ainda que as mesmas justificações também valem, na essência, para dizer que não constitui alternativa viável a utilização do acordo quadro celebrado pela Área Metropolitana de Lisboa para fornecimento de refeições escolares, acordo quadro esse do qual o Município de Lisboa pode beneficiar. Com efeito, embora a existência de acordo quadro em vigor para o objecto que se pretende contratar tenha por efeito uma redução do tempo necessário para efectivar o contrato, a verdade é que essa redução não é suficiente, atenta a proximidade da data de cessação de vigência dos contratos actualmente em vigor. Isto sucede porque o acordo quadro em questão é um acordo quadro aberto ou multi-atributivo, do tipo previsto no artigo 252º, n.º 1, alínea b), do Código dos Contratos Públicos. Isto significa que para a celebração de contratos ao abrigo desse acordo quadro, a entidade adjudicante está obrigada a cumprir o procedimento previsto no artigo 259º do mesmo Código, o qual é essencialmente igual ao procedimento de concurso público, descontada a publicação de anúncio e o prazo de apresentação de propostas, que é inferior<sup>25</sup>. Ou seja, ao abrigo do artigo 259º do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante está obrigada a convidar a apresentar proposta todos os fornecedores presentes no acordo, dando-lhes prazo para essa apresentação, avaliando as propostas de acordo com o critério de adjudicação, fazendo relatório preliminar, audiência prévia e relatório final, cumprindo depois os prazos para prestação de caução, entrega dos documentos de habilitação e *standstill*, e celebrando o contrato, tudo conforme as regras acima definidas para essas formalidades<sup>26</sup>. O resultado final é o de

<sup>25</sup> Sobre isto, veja-se Cláudia Viana, O Acordo Quadro, *Revista de Direito Público e Regulação*, 3, 2009, pp. 11-22; Mário Esteves de Oliveira e Rodrigo Esteves de Oliveira, *Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública*, 2011, Coimbra: Almedina, p. 44; Lara Sofia Pinto, *Os Acordos-Quadro no Direito da Contratação Pública*, 2011, Coimbra: Almedina, pp. 21 a 23 e 32 e ss.

<sup>26</sup> O contraste com o regime dos acordos quadro fechados ou monoatributivos, previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 252º, é notório. Esse outro tipo de acordo quadro, de facto, permite a celebração de contratos por ajuste directo (cf. artigo 27º, n.º 1, alínea h), do Código

que a utilização deste acordo quadro também não permitiria actuar com a rapidez que a situação impõe.

**6.6.** Face a estes dados, impõe-se concluir que o procedimento de ajuste directo por motivo de urgência imperiosa é, de entre todos os previstos no direito aplicável, o único que possibilita que os necessários contratos de prestação de serviços de fornecimento de refeições estejam em condições de serem executados nas datas necessárias para que não haja hiatos no fornecimento de refeições.

#### **7. Quinto pressuposto: a proporcionalidade na urgência presente**

**7.1.** O último pressuposto de recurso ao ajuste directo é, talvez mais rigorosamente, um «limite» ao conteúdo das prestações e à duração do contrato. Através deste limite, pretende-se evitar que sejam satisfeitas pelo contrato celebrado por ajuste directo necessidades que vão para lá do que é exigido pela resolução da situação de urgência. É a expressão da ideia de que esta causa de recurso ao ajuste directo só se justifica «na medida e extensão» correspondentes à situação de urgência: qualquer excesso a esse respeito resulta numa lesão ilegítima da concorrência<sup>27</sup>. Trata-se de uma exigência que se filia na ideia de proporcionalidade<sup>28</sup>.

**7.2.** No presente caso, consideramos preenchido mais este pressuposto, tendo em conta que o objecto e a duração dos contratos projectados manifestam uma intenção de não estender a resposta dada por esses contratos por um período superior ao da resposta de curto prazo à situação

dos Contratos Públicos), não se aplicando todas as formalidades do concurso público. Se existisse em vigor um acordo quadro monoatributivo do qual o Município de Lisboa pudesse beneficiar, isso sim, impediria o recurso ao ajuste directo com base em urgência imperiosa.

<sup>27</sup> Falando numa ideia de ideia de *mínimo dano possível* à publicidade e concorrência, Stéphane Braconnier, *Précis du Droit des Marchés Publics*, 2<sup>a</sup> ed., Paris: Le Moniteur, 2007, p. 285.

<sup>28</sup> Mário Esteves de Oliveira e Rodrigo Esteves de Oliveira, *Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública*, 2011, Coimbra: Almedina, p. 755; Miguel Raimundo, *A Formação dos Contratos Públicos*, 2013, Lisboa: AAFDL, pp. 767 e 768.

de urgência. O pressuposto da proporcionalidade significa essencialmente que o contrato a celebrar por ajuste directo deve tender apenas a satisfazer o interesse público urgente até que seja possível celebrar um outro contrato, este na sequência de um procedimento com publicidade e concorrência<sup>29</sup>. Num caso em que já estão em curso procedimentos concursais que visam satisfazer essa necessidade de modo mais permanente, o modo de cumprir este pressuposto é, obviamente, acautelar que o contrato a celebrar por ajuste directo durará até que entre em vigor o contrato a celebrar na sequência desses procedimentos.

**7.3.** É o que a Câmara Municipal de Lisboa pretende fazer, já que pretende celebrar um conjunto de contratos que leve a execução dos serviços desde Fevereiro de 2014 até ao final do ano lectivo que está em curso, ou seja, até 31 de Julho de 2014. É patente o objectivo de limitar a duração dos contratos a um prazo que se estima ser suficiente para que sejam entretanto proferidas decisões dos processos judiciais. Quanto ao objecto, a natureza dos contratos não consente e também não necessita de qualquer alteração: o número de refeições a fornecer será apenas e só aquele que for necessário tendo em conta o número de crianças a utilizar os serviços, pelo que não se coloca aqui qualquer problema.

**7.4.** Poderia dizer-se que a fixação de um prazo de duração dos contratos não garante a total correspondência entre os contratos e a duração dos processos judiciais. Porém, a aposição de um termo fixo é um elemento de clareza do qual dificilmente se pode prescindir, quer para efeitos da relação entre as partes, quer para evitar ao máximo instabilidades na prestação do serviço de fornecimento de refeições, que, pelas regras da experiência, resultam sempre da mudança de fornecedores, quer ainda para efeitos contabilísticos e orçamentais da própria Câmara. A sua inclusão no contrato é, por estes vários motivos, um elemento fundamental

<sup>29</sup> Mário Esteves de Oliveira e Rodrigo Esteves de Oliveira, *Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública*, 2011, Coimbra: Almedina, p. 755; Miguel Raimundo, *A Formação dos Contratos Públicos*, 2013, Lisboa: AAFDL, p. 976.

de tutela da posição contratual do município e do interesse público por ela veiculado<sup>30</sup>.

7.5. A resposta que acaba de ser dada não resolve por completo o problema identificado. A questão da correspondência entre duração do processo judicial e os contratos é de facto relevante, para evitar que o ajuste directo se prolongue para lá da situação de urgência<sup>31</sup>. Porém, ela é também simples de resolver, através da inclusão, nos contratos, de uma condição resolutiva. Assim, para reforçar o carácter, mais do que temporário, verdadeiramente «precário» dos contratos a celebrar, deve ser expressamente acautelado que nos cadernos de encargos que sirvam de suporte a essa contratação se disponha que esses contratos cessarão os seus efeitos se e quando entrar em vigor o contrato que vier a ser celebrado na sequência dos concursos que actualmente estão suspensos, se essa data ocorrer antes de 31 de Julho de 2014; e nesta data, se isso não acontecer. Sublinhe-se que esta cláusula, que incorpora uma condição resolutiva, deve complementar, e não substituir, a cláusula que fixar o termo dos contratos no dia 31 de Julho de 2014. Desta forma, os contratos cessarão ou no dia 31 de Julho de 2014, ou antes disso, caso os processos judiciais sejam decididos mais cedo. Em qualquer caso, estas duas cláusulas contratuais, condição e termo resolutivos, garantem de forma

<sup>30</sup> Sendo indubitável a sua «conveniência», é duvidosa a vigência de uma norma jurídica que obrigue à fixação do prazo de duração dos contratos públicos. No direito comparado há quem o defenda, a partir dos princípios gerais (cf. Miguel Raimundo, *A Formação dos Contratos Públicos*, 2013, Lisboa: AAFDL, p. 115 e nota 206). Aderindo expressamente a essa posição, entre nós, com fundamento no direito europeu, João Pacheco de Amorim, O Princípio da Temporalidade dos Contratos Públicos, in *Estudos de Contratação Pública*, organização de Pedro Gonçalves, volume IV, 2013, Coimbra: CEDIPRE, pp. 19 e ss.

<sup>31</sup> Caso isso sucedesse, o resultado seria que a parte em excesso não seria coberta pelo fundamento de ajuste directo: TContas 155/2001 (Ribeiro Gonçalves), processo n.º 2158/2001, in *Revista do Tribunal de Contas* (36), pp. 327 ss. Como sublinha a doutrina, a resposta que este fundamento de ajuste directo dá é uma resposta limitada ao curto prazo: Mário Esteves de Oliveira e Rodrigo Esteves de Oliveira, *Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública*, 2011, Coimbra: Almedina, p. 755; Joshua Schwartz, Katrina's Lessons for Ongoing US Procurement Reform Efforts, *Public Procurement Law Review*, 6, 2006, pp. 362 ss..

máxima que o ajuste directo se limita ao estritamente necessário para responder à situação de urgência<sup>32</sup>.

## 8. Conclusões

**8.1.** Tendo em conta o contexto contratual presente e descrito, a satisfação da necessidade reconhecida à entidade adjudicante apenas pode ocorrer por via do recurso a um ajuste directo; e, aqui, apenas se apresenta como viável a adopção de um procedimento desse tipo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos.

**8.2.** A confirmação da conclusão anterior depende da análise do preenchimento, na presente situação, dos respectivos pressupostos; a saber: (i) a urgência imperiosa, (ii) a imprevisibilidade, (iii) a inimputabilidade à entidade adjudicante, (iv) a inutilizabilidade de outros procedimentos, e (v) a proporcionalidade na urgência presente.

**8.3.** O primeiro pressuposto, a urgência imperiosa, encontra-se preenchido porque a necessidade contratual da entidade adjudicante apenas pode ser satisfeita caso a contratação ocorra imediatamente: a brevidade temporal exigida é evidente quando estão em causa contratos que precisam de começar a ser executados daqui a três semanas.

**8.4.** E isto é facilmente compreensível: trata-se do fornecimento de refeições escolares, sendo que, caso se verifique um cenário de ruptura nessa data, há um prejuízo, resultante desse hiato, que não pode ser compensado com uma contratação distinta; assim, ou é garantida a continuidade da prestação ou não é de todo satisfeita a necessidade em causa.

**8.5.** O segundo pressuposto, o da imprevisibilidade, também se encontra preenchido. É que, sob a perspectiva de um dirigente com níveis normais

<sup>32</sup> Já referindo esta via como adequada para a salvaguarda do limite da proporcionalidade, Miguel Raimundo, *A Formação dos Contratos Públicos*, 2013, Lisboa: AAFDL, pp. 976 e 977.

de capacidade, de cuidado e de preparação técnica, não era expectável, à luz do adequado lançamento dos concursos para o efeito necessários, que se viesse a verificar uma ruptura no fornecimento de refeições.

**8.6.** E assim, desde logo, por não se poder exigir à entidade adjudicante que integre no universo de factores potencialmente limitativos do desenvolvimento da sua actividade a possibilidade de haver contencioso resultante de concursos e, mais ainda, com efeito suspensivo: trata-se de eventualidades demasiadamente imponderáveis e incalculáveis.

**8.7.** O terceiro pressuposto, o da inimputabilidade à entidade adjudicante, está igualmente preenchido. Como a situação de ruptura no fornecimento de refeições resulta da conduta processual de terceiros, é evidente que não está em causa uma necessidade que advenha, directa ou indirectamente, da actividade desenvolvida pela entidade adjudicante.

**8.8.** E esta afirmação não é prejudicada pelo facto de a entidade adjudicante não ter apresentado resoluções fundamentadas nos processos cautelares em curso. Não só é compreensível que não se pretenda dar continuidade a concursos cuja legalidade está muito questionada, como também essas resoluções não permitiriam a execução dos actos suspendendo até ao trânsito em julgado da acção de contencioso pré-contratual.

**8.9.** O quarto pressuposto, o da inutilizabilidade de outros procedimentos, encontra-se também preenchido, sendo simples a sua demonstração: estando afastado em razão do valor o concurso público urgente, nem o concurso público, nem o concurso público por prévia qualificação, permitiriam estar a executar contratos daqui a três semanas.

**8.10.** O mesmo se diga quanto à eventual utilização do acordo quadro celebrado pela Área Metropolitana de Lisboa para fornecimento de refeições escolares: tratando-se de um acordo quadro multi-atributivo, daí

resulta que a adjudicação dependeria de um procedimento cuja duração em muito extravasa o tempo associado ao cenário de ruptura já descrito.

**8.11.** Por fim, o quinto pressuposto, o da proporcionalidade na urgência presente, está também preenchido. Estando em causa apenas dar resposta à situação de urgência presente, o objecto e a duração dos contratos projectados limitam-se ao estritamente necessário para esse efeito: fornecer as mesmas refeições só até ao final do ano lectivo.

**8.12.** Com os processos em curso incidentes sobre os concursos já lançados, a proporcionalidade na urgência presente também se garante através da previsão nos contratos a celebrar, em acréscimo ao prazo de 31 de Julho de 2014, de uma condição resolutiva que determine a cessação de vigência desses contratos se e quando entrarem em vigor os contratos a celebrar na sequência dos concursos actualmente suspensos.

Lisboa, 8 de Janeiro de 2014



David Duarte  
Doutor em Direito  
Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



*Miguel Amis Raimundo*

Miguel Raimundo

Doutor em Direito

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



## ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 22 de outubro de 2014, as atas, a moção, o voto de louvor, o voto de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta.

Apreciação e aprovação das actas nºs. 35, 36 e 37 das Reuniões de Câmara de 23 de Julho e 03 de Setembro de 2014.

**(Aprovadas por maioria com 13 votos a favor (7PS, 1Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 2 abstenções (1Ind. e 1CDS/PP))**

**Moção n.º 11/2014** (Subscrita pelo Sr. Vereador João Gonçalves Pereira)

Aprovar que a actividade dos Tuk Tuk seja incluída no Regulamento de Circuitos Turísticos em elaboração, nos termos da moção;

**(Rejeitada com 10 votos contra (8PS e 2Ind.), 5 abstenções (3PPD/PSD e 2PCP) e 1 voto a favor (CDS/PP))**

**Voto de louvor n.º 1/2014** (Subscrito pelo Sr. Vereador Carlos Manuel Castro)

Aprovar o louvor a todos os elementos da comitiva que representou o Regimento de Sapadores Bombeiros e a Câmara Municipal de Lisboa no Campeonato do Mundo de Desencarceramento de 2014, realizado em Inglaterra, nos termos do voto de louvor;

**(Aprovado por unanimidade)**



**Proposta n.º 606/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)**

Aprovação da 3ª e 4ª modificação objetiva do contrato de empreitada n.º 48/DMPO/DCME/DMC/2012 – REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO SITO NA RUA AUGUSTO ROSA, COM VISTA À INSTALAÇÃO DO MUSEU DO ALJUBE – RESISTÊNCIA E LIBERDADE” e da correspondente minuta do contrato a celebrar com o contraente privado, nos termos da proposta;

**(Aprovada por maioria com 12 votos a favor (9PS e 2Ind. e 1PCP) e 2 votos contra (2PPD/PSD))**

**Proposta n.º 607/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)**

Aprovação da 6ª modificação objetiva do contrato de empreitada n.º 85/DMPO/DCME/GVMS/11 – CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, DO EQUIPAMENTO – CAMPO DE JOGOS INFORMAL E DO EDIFÍCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROXIMIDADE (CRECHE, RESIDÊNCIA SÉNIOR, SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO E CENTRO DE DIA), DA FASE A0 E A1 – BAIRRO PADRE CRUZ” e da correspondente minuta do contrato a celebrar com o contraente privado, nos termos da proposta;

**(Aprovada por maioria com 12 votos a favor (9PS, 2Ind. e 1PCP) e 2 abstenções (2PPD/PSD))**

**Proposta n.º 608/2014 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Graça Fonseca)**

Emissão de parecer prévio para abertura de procedimento e celebração de contrato para o fornecimento do serviço de refeições escolares na modalidade de confecção local e autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromisso para o ano 2015, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

**Proposta n.º 609/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador José Sá Fernandes)**

Aprovar a adjudicação no âmbito do Concurso n.º 004AQ/3B-Olivais/2014 - Aquisição de Serviços de Manutenção e Trabalhos de Reabilitação de Espaços Verdes para a zona 3B-Olivais, nos termos da proposta;

**(Aprovada por maioria com 11 votos a favor (9PS e 2Ind.) e 3 votos contra (2PPD/PSD e 1PCP))**



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

**Proposta n.º 641/2014**      **(Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)**  
Aprovar a ratificação do despacho do Sr. Presidente em exercício que aprovou a  
9ª. Alteração ao orçamento do Município de Lisboa 2014, nos termos da proposta;

**(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind., e 2PPD/PSD) e 1  
abstenção (1PCP))**

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de  
Setembro eu, *Paula Leal* Directora do Departamento  
de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 22 de outubro de 2014

O Presidente

*António Costa*

- António Costa -

PROPOSTA N.º 608/2014 - EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO E CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PARA O FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NA MODALIDADE DE CONFEÇÃO LOCAL E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PARA O ANO 2015, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 18 da Ordem de Trabalhos, Proposta n.º 608/2014. Também não há pedidos de palavra, vamos votar. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta n.º 608/2014, a qual foi aprovada por unanimidade.